



Companhia Providência Indústria e Comércio

CNPJ nº 76.500.180/0001-32 - Companhia Aberta

Demonstrações Financeiras 2011

Relatório da Administração

Em atenção às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de nossos acionistas, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Sociedade, e as respectivas notas explicativas, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal, da recomendação do Comitê de Auditoria.

Nossos resultados consolidados incluem os resultados da Companhia Providência Indústria e Comércio e de suas controladas abaixo relacionadas:

- Isolfime Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., situada em Pouso Alegre (MG), e adquirida em 16 de agosto de 2007; e,
- Providencia USA Inc., situada em Statesville (NC), EUA, e constituída em 8 de agosto de 2008.

As informações financeiras apresentadas neste relatório foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis internacionais conforme o *International Financial Reporting Standards (IFRS)* e com as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aplicáveis às suas operações.

Apresentamos aos nossos acionistas e ao mercado em geral as Demonstrações Financeiras referentes ao ano de 2011, cujos destaques foram:

- Atingimos o volume vendido de 87,7 mil toneladas no ano, um aumento de 11,7% em relação ao ano anterior, em virtude da entrada em operação, em janeiro de 2011, de nossa primeira planta no exterior, em Statesville (NC),-EUA;

• Em 2011, nossa receita líquida totalizou R\$ 526,6 milhões, 16,2% superior à receita líquida em 2010, devido ao aumento do volume e melhoria do mix de produtos;

- Em novembro, a Companhia pagou dividendos antecipados, no montante de R\$ 14,1 milhões, correspondentes a 100% do lucro líquido ajustado do primeiro semestre de 2011;

• A Administração está propondo em suas Demonstrações Financeiras, para ser deliberado em AGO, o pagamento de dividendo excedente ao mínimo obrigatório, o que elevará a distribuição a 100% da base de cálculo dos dividendos ajustada do ano, totalizando o montante de R\$ 39,5 milhões referente ao exercício de 2011. Essa base de cálculo corresponde ao lucro líquido do exercício de 2011, R\$ 29,5 milhões, menos os 5% da reserva legal, R\$ 1,5 milhão, somados à realização do custo atribuído, de R\$ 10,2 milhões, somados à reversão da provisão do primeiro plano de Opção de Compra de Ações, de R\$ 1,3 milhão;

- A contratação de financiamento à exportação junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, por meio do Programa BNDES-Exim Pré-Embarque, no montante de R\$ 50 milhões, com taxa de juros pré-fixada de 9,0% ao ano e prazo de pagamento de 18 meses. Os recursos provenientes deste financiamento serão utilizados pela Companhia nas operações de exportação e foram disponibilizados no mês de novembro; e

• A evolução, dentro do cronograma previsto, dos projetos de expansão de construção de duas linhas de produção, uma em Pouso Alegre (MG) que entrará em operação no 2º trimestre de 2012 e outra nos Estados Unidos que entrará em operação ao longo do 4º trimestre de 2012, com capacidade total de 40 mil toneladas por ano.

Balancos Patrimoniais

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	70.394	221.868	81.176	249.140
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	3.006	489	3.006	489
Contas a receber (Nota 8)	133.245	108.793	160.877	124.716
Estoques (Nota 9)	38.773	31.721	50.151	36.884
Tributos a recuperar (Nota 10)	30.697	24.440	42.138	26.776
Partes relacionadas (Nota 26)	9.486			
Outros direitos realizáveis	6.747	9.542	18.333	11.024
	<u>292.348</u>	<u>396.853</u>	<u>355.681</u>	<u>449.029</u>
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber (Nota 8)	2.177	1.762	4.526	4.675
Tributos a recuperar (Nota 10)	26.690	52.622	27.463	53.395
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	148.747	165.489	152.813	165.489
Depósitos judiciais (Nota 17)	39	75	44	87
Depósitos e empréstimos compulsórios	29	29	29	29
Outros direitos realizáveis	127	127	127	127
Investimentos (Nota 12)	120.234	109.342		
Intangível (Nota 13)	10.217	11.362	44.632	44.501
Imobilizado (Nota 14)	427.870	441.621	680.705	618.337
	<u>736.130</u>	<u>782.429</u>	<u>910.339</u>	<u>886.640</u>
Total do ativo	<u>1.028.478</u>	<u>1.179.282</u>	<u>1.266.020</u>	<u>1.335.669</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro		Exercício findo em 31 de dezembro	
	2011	2010	2011	2010
Operações continuadas				
Receita (Nota 20)	408.708	397.505	526.614	453.344
Custo das vendas	(282.229)	(268.918)	(365.182)	(302.986)
Lucro bruto	126.479	128.587	161.432	150.358
Despesas com vendas	(36.368)	(34.076)	(40.141)	(37.380)
Despesas administrativas	(53.887)	(50.460)	(66.594)	(58.117)
Outras receitas	2.311	2.318	2.577	2.294
	(87.944)	(82.218)	(104.158)	(93.203)
Lucro operacional	38.535	46.369	57.274	57.155
Receitas financeiras (Nota 22)	61.194	38.385	64.627	42.077
Despesas financeiras (Nota 22)	(68.040)	(59.038)	(78.689)	(60.618)
Despesas financeiras, líquidas	(6.846)	(20.653)	(14.062)	(18.541)
Participação nos lucros de controladas (Nota 12)	9.278	7.320		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	40.967	33.036	43.212	38.614
Imposto de renda e contribuição social (Nota 23)	(11.516)	(9.222)	(13.761)	(14.800)
Lucro do período das operações continuadas	29.451	23.814	29.451	23.814
Lucro líquido do período	29.451	23.814	29.451	23.814
Lucro líquido por ação (básico e diluído)				
De operações continuadas (Nota 19)	0,37	0,30	0,37	0,30

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro		Exercício findo em 31 de dezembro	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido do período	29.451	23.814	29.451	23.814
Outros componentes do resultado abrangente				
Variação cambial de controlada localizada no exterior	(942)	252	(942)	252
Total do resultado abrangente do período	28.509	24.066	28.509	24.066

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro		Exercício findo em 31 de dezembro	
	2011	2010	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	29.451	23.814	29.451	23.814
Ajustes:				
Depreciação do imobilizado	23.324	22.632	28.910	25.204
Amortização do intangível	3.253	2.881	3.431	3.015
Juros e variações monetárias	29.410	31.177	36.180	31.493
Valor residual do permanente baixado	51	345	71	461
Pagamento baseado em ações	361	221	361	221
Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos	11.516	9.222	11.403	14.177
Provisão para passivo a descoberto	1.614	3.429		
Resultado de equivalência patrimonial	(10.892)	(10.750)		
Perda de valores ativos	197	572	908	1.000
	88.285	83.543	110.715	99.385
Variações nos ativos e passivos:				
(Acréscimo) decréscimo de clientes	(20.974)	(4.231)	(32.694)	(8.292)
(Acréscimo) decréscimo de estoques	(7.052)	(4.957)	(13.267)	(6.098)
Decréscimo de tributos a recuperar	19.675	7.004	10.571	10.031
(Acréscimo) decréscimo de outros direitos realizáveis	314	(2.384)	(9.784)	(5.685)
Decréscimo de fornecedores	(3.541)	(7.821)	6.801	(8.731)
Acréscimo de encargos sociais e provisões trabalhistas	1.543	284	2.012	828
Acréscimo (decréscimo) de impostos, taxas e contribuições	(268)	535	1.008	(2.111)
Acréscimo (decréscimo) de partes relacionadas	(9.486)			
Acréscimo (decréscimo) de outras exigibilidades	(2.698)	(89)	(2.721)	581
	(22.487)	(11.659)	(38.074)	(19.477)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A empresa possui R\$ 81,2 milhões em caixa, representados substancialmente por títulos de renda fixa com liquidez imediata, atrelados à variação do CDI, representando uma dívida líquida de R\$ 340,8 milhões, o que reflete um aumento de R\$ 96,9 milhões em relação ao final de 2010, quando apresentávamos uma dívida líquida de R\$ 243,9 milhões. Este aumento se deve principalmente a captações no Programa BNDES-Exim Pré-Embarque e a financiamentos dos novos projetos no Brasil e nos EUA.

PERSPECTIVAS

• A expectativa para o ano de 2012 é o aumento no volume de vendas, com a entrada em operação no 2º trimestre da linha de produção em Pouso Alegre (MG), e no 4º trimestre da linha de produção em Statesville (NC), além da maturação da produção na primeira planta de Statesville. Os dois projetos estão dentro do cronograma previsto, e adicionarão 40 mil toneladas à nossa atual capacidade instalada, ou seja, 40% de aumento.

MERCADO DE CAPITAIS

A cotação das ações da Providência, ao final do período de 2011, fechou a R\$ 6,20/ação, 16% inferior ao fechamento de 2010, enquanto o índice Bovespa no mesmo período recuou 18%. O volume financeiro negociado foi 35% menor que no exercício de 2010.

Como ferramentas de comunicação com investidores, acionistas e mercado como um todo, a Companhia Providência utiliza seu site de RI, além de assessoria de imprensa especializada para auxiliar no atendimento ao mercado financeiro e de capitais, e ainda seu perfil no Twitter de RI - Relação com Investidores. A ferramenta tem o objetivo de atualizar os investidores sobre as últimas novidades da Companhia, tais como os resultados financeiros, eventos, novos produtos e ações de governança corporativa. Para acompanhar a Providência/RI no Twitter, basta procurar por www.twitter.com/providencia_rj.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381

Em atendimento ao Ofício/CVM/SEP/GEA-2/nº 305/05 e à Instrução CVM n.º 381 de 14 de janeiro de 2003 (ratificada pelo Ofício Circular/CVM/SEP/SNC/Nº 02/2005 de 20 de março de 2005) informamos ao mercado que não tivemos serviços contratados pela Companhia e realizados pela empresa Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes ("Auditor") durante o exercício de 2011, exceto os serviços de auditoria.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Novo Mercado, conforme cláusula compromissória no artigo 38 do seu estatuto social.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes pela credibilidade depositada na Companhia Providência e em seus produtos; aos nossos acionistas por acreditarem no potencial de crescimento e estratégia da Companhia; aos nossos fornecedores e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento e excelência, indispensáveis ao nosso sucesso. É no seu compromisso com a ética, com o trabalho e com a manutenção de elevados padrões de qualidade e eficiência que está alicerçado o sucesso (passado, presente e futuro) da nossa Companhia.

A Administração

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	20.900	24.441	35.255	27.299
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	4.916	4.030	4.916	4.030
Empréstimos (Nota 15)	44.430	242.076	73.572	262.207
Encargos sociais e provisões trabalhistas	6.816	5.273	8.618	6.557
Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 16)	1.391	1.347	1.711	2.162
Provisões para contingências (Nota 17)	379	495	456	717
Dividendos a pagar	6		6	
Outras contas a pagar	5.396	4.359	5.731	4.907
	<u>84.234</u>	<u>282.021</u>	<u>130.265</u>	<u>307.879</u>
Não circulante				
Empréstimos (Nota 15)	161.083	103.076	348.435	230.844
Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 16)	500	812	500	812
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	85.877	91.103	97.238	98.510
Provisões para contingências (Nota 17)	297	523	297	523
Provisão para passivo a descoberto (Nota 12)	7.202	4.646		
	<u>254.959</u>	<u>200.160</u>	<u>446.470</u>	<u>330.689</u>
	<u>339.193</u>	<u>482.181</u>	<u>576.735</u>	<u>638.568</u>
Patrimônio líquido capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora				
Capital social (Nota 19)	409.003	409.003	409.003	409.003
Reservas de capital (Nota 19)	11.064	18.728	11.064	18.728
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 19)	168.597	179.785	168.597	179.785
Reservas de lucros (Nota 19)	101.434	96.286	101.434	96.286
Ações em tesouraria (Nota 19)	(813)	(6.701)	(813)	(6.701)
	<u>689.285</u>	<u>697.101</u>	<u>689.285</u>	<u>697.101</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.028.478</u>	<u>1.179.282</u>	<u>1.266.020</u>	<u>1.335.669</u>

Demonstrações do Valor Adicionado

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro		Exercício findo em 31 de dezembro	
	2011	2010	2011	2010
Receitas				
Vendas brutas de produtos	466.698	450.547	593.799	512.868
Outras receitas	2.312	2.319	2.578	2.294
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa		(574)		(1.000)
	<u>469.010</u>	<u>452.292</u>	<u>596.377</u>	<u>514.162</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos	(340.209)	(265.809)	(429.949)	(301.192)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(16.615)	(37.497)	(15.332)	(39.157)
Perda / Recuperação de valores ativos	(198)		(908)	
	<u>(357.022)</u>	<u>(303.306)</u>	<u>(446.189)</u>	<u>(340.349)</u>
Valor adicionado bruto	111.988	148.986	150.188	173.813
Depreciação e amortização	(26.577)	(25.513)	(32.342)	(28.219)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	85.411	123.473	117.846	145.594
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	10.892	10.750		
Provisão para passivo a descoberto	(1.614)	(3.429)		
Receitas financeiras	61.194	38.385	64.627	42.077
	<u>70.472</u>	<u>45.706</u>	<u>64.627</u>	<u>42.077</u>
Valor adicionado total a distribuir	155.883	169.179	182.473	187.671
Distribuição do valor adicionado				
Salários e encargos	22.464	20.000	30.032	23.945
Honorários de diretoria	5.98			



Demonstrações das Mutações no Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

Tabela de demonstrações das mutações no patrimônio líquido com colunas para Reservas de capital, Reservas de lucros, Ações em tesouraria, Lucros acumulados, Ajustes de avaliação patrimonial e Total do patrimônio líquido.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia Providência Indústria e Comércio (a "Companhia"), com sede em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, e suas controladas têm por objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles tecido não-tecido ("nonwoven"), resultantes da transformação de polipropileno, da marca KAMI. A Companhia possui uma subsidiária em Pouso Alegre (MG), e concluiu os investimentos em uma planta em Statesville, Carolina do Norte, nos Estados Unidos. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 24 de fevereiro de 2012. Reestruturação societária: (a) Em 31 de janeiro de 2008, com base em laudo de avaliação reversível emitido por peritos independentes, a controlada Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. ("Isofilme") efetuou incorporação de sua investidora original, a Providência Participações Ltda. A Companhia Providência Indústria e Comércio detinha até a data da incorporação 99,99% das quotas da Providência Participações Ltda., que por sua vez detinha 99,99% das quotas da Isofilme. Em consequência da incorporação, a Isofilme teve sua capital social aumentado em R\$17.534, decorrente da transferência do acervo líquido da Providência Participações Ltda., conforme demonstrado a seguir:

Tabela de demonstração da transferência do acervo líquido da Providência Participações Ltda. para a Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.

Ainda em função da incorporação, o ágio decorrente da aquisição do controle da Isofilme pela Providência Participações Ltda., está contabilizado em conta específica do ativo intangível no balanço patrimonial da Isofilme. Conforme preconiza a Instrução CVM nº 349 e ofício nº CVM 01/2007, não foi constituída provisão no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente de sua amortização, devido às razões expostas: • Não houve repositição de empresa veicula, sendo incorporada a investidora original (Providência Participações Ltda.); • Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem incorporação econômica no balanço patrimonial da Companhia por ocasião da incorporação; e, • Os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos. (b) Em 08 de agosto de 2008 foi constituída a Providência USA Inc., localizada em Statesville, Carolina do Norte, Estados Unidos, que atua na fabricação e comercialização de produtos tecido não-tecido ("nonwoven") resultante da transformação de polipropileno. A planta foi inaugurada em 31 de janeiro de 2011 e sua produção atende principalmente a clientes anteriores da Companhia e abastece os segmentos de descartáveis higiênicos e médico-hospitalar de baixo custo.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. As bases contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do período, bem como o "custo atribuído" de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. (a) Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board). (b) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas. (c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Não há novas pronunciações ou interpretações de CPCs/IFRS vindas para 2011 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. 2.2. Consolidação: (a) Demonstrações financeiras consolidadas: As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Controladas: Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, cuja participação é de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados ao se avaliar quando a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente controladas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e, quando aplicável esta consolidação, é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre as empresas, saldos e ganhos e prejuízos não realizados são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas consolidadas da Companhia e suas controladas. (b) Demonstrações financeiras individuais: Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Sendo assim, são necessários ajustes tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para se chegar ao patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia e suas controladas, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo. 2.3. Apresentação de informação por segmentos: As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e de suas controladas é a Diretoria Executiva. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que de único produto comercializado pela Companhia e suas controladas é o não-tecido, que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, a Administração concluiu que a Companhia e suas controladas têm somente um segmento passível de apresentação. 2.4. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas na moeda R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do consolidado. (b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do período como receita ou despesa financeira. (c) Empresas consolidadas com moeda funcional diferente: Os resultados e a posição financeira da controlada localizada nos Estados Unidos utilizam moeda funcional diferente da moeda de apresentação, portanto são convertidos na moeda de apresentação, como segue: (i) Os saldos dos ativos e passivos apresentados em cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; (ii) As receitas e despesas apresentadas na demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias, considerando que essas médias representam razoável proximidade do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações; (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. 2.6. Ativos financeiros: 2.6.1. Classificação: A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são derivativos contratados para a manutenção em carteira até o vencimento, designados como instrumento de "hedge" (proteção). Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos e passivos circulantes. (b) Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos e compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", com pagamentos fixos ou determináveis, os quais não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes. 2.6.2. Reconhecimento e mensuração: O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" no período em que ocorrem. Na data do balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. 2.6.3. Impairment de ativos financeiros: (a) Ativos mensurados ao custo amortizado: A Companhia e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) a Companhia e suas controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que o descrever normalmente não consideraria; (iv) uma perda provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de um carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar a impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações do valor justo lançadas contra resultado. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting). Os valores justos dos instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 7. 2.8. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (impairment), a qual é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de base com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor presente é calculado com acordo em taxas praticadas no mercado (CDI - Certificado de Depósito Interbancário), a qual em 31 de dezembro de 2011 correspondia, em média, a 10,87% a.a. (31 de dezembro 2010: 10,64% a.a.). 2.9. Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e custos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. 2.10. Ativos intangíveis: (a) Ágio: O ágio (goodwill) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superou o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade investida, conforme nota 1 (a). Conforme deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que os períodos de ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, foram constituídos os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). (b) Softwares: Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e suas controladas e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13. 2.11. Imobilizado: Terrenos, edifícios e construções, máquinas e equipamentos, instalações industriais, móveis e utensílios, compreendem principalmente fábricas e escritórios e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, somados ao custo atribuído. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente reconhecidos à aquisição dos itens e também pode incluir custos dos encargos sobre empréstimos tomados para o financiamento da construção do imobilizado, os quais são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na nota 14. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado. 2.12. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). O imobilizado e outros ativos não financeiros são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (impairment), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. 2.13. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações de curto prazo que surgem de bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.14. Empréstimos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação dos passivos por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 2.15. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e é considerada provável, com base em seus assessores jurídicos, que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. 2.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido, e são calculadas com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias reconhecidas sobre prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias decorrentes de diferenciação entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são apurados através das alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Sendo assim, para dar suporte ao reconhecimento, a Administração elabora em cada exercício um estudo de aproveitamento desses tributos, baseado em premissas internas e em cenários econômicos futuros. 2.17. Benefícios a empregados: (a) Obrigações de aposentadoria: A Companhia e suas controladas oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida (Nota 24), cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da empresa cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no Passivo Circulante. (b) Remuneração com base em ações: A Companhia oferece aos executivos e certos empregados, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração (Nota 19), plano de remuneração com base em ações ("Stock Options"), segundo o qual a Companhia recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 - Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência à medida que os serviços são prestados. (c) Participação nos lucros: A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração definida. 2.18. Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. 2.19. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do consolidado. O reconhecimento é feito quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. Portanto, a Companhia e suas controladas adotam como critério de reconhecimento da receita a data em que os produtos são entregues ao comprador. 2.20. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estado social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. 2.21. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorrem, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A Administração está avaliando o impacto total dessas alterações na Companhia e suas controladas. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros". Aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que, nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descausamento contábil. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. • IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011. A norma prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e passivos ou investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. • IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", que trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em "outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas voluntariamente". A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. • IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição bastante alinhada entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso de contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia e suas controladas ainda estão avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas: Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. (a) Perda (impairment) estimada do ágio: Anualmente, a Companhia e suas controladas testam eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13). A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis são baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o seu valor recuperável. (b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos: A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor recuperativo é determinado. A Companhia e suas controladas revisam regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. (c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros é avaliado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado, bem como a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Consequentemente, as estimativas apresentadas na Nota 7 não indicam necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. (d) Provisões para contingências: A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 17. Desta forma, são constituídas provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. (e) Benefícios fiscais de ICMS: A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual do Paraná e sua controlada Isofilme possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual de Minas Gerais. O Supremo Tribunal Federal - STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF a Companhia consultou seus assessores jurídicos, os quais emitiram parecer sobre o tema, a partir do qual a Companhia entende não haver passivo a ser registrado.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro: A Companhia (juntamente com as controladas) possui um Comitê de Gestão de Riscos, aprovado pelo Conselho de Administração, que funciona para o seu assessoramento e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle que estabeleçam limites de exposição cambial e juros e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, e bem como os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos, são apresentadas e avaliadas mensalmente pelo Comitê de Gestão de Riscos e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia. Dentre os procedimentos definidos pela política vigente, a Companhia possui rotinas mensais que permitem projetar e avaliar a exposição cambial, já que possui operações e dívida com o mercado externo e está exposta a esses riscos. (a) Risco de mercado: (i) Risco de câmbio e taxa de juros: A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros e taxas de câmbio. O endividamento está indexado em 18% com base na moeda local e a taxas variáveis e fixas e os 82% restantes estão indexados à LIBOR e SIFMA. Parte significativa das receitas (32% da receita total) das exportações e está igualmente exposta a variações na taxa de câmbio. Parte do endividamento está indexada ao CDI, portanto sujeita a taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é parcialmente afetado pelas mudanças na taxa básica de juros da economia (SELIC). Os instrumentos financeiros estão registrados aos valores justos e a tabela a seguir demonstra a exposição cambial da Companhia.

Table with 5 columns: Ativo/Passivo, R\$ mil, USD mil, R\$ mil, USD mil. Rows include Contas a receber, Passivo, Empréstimos e financiamentos, etc.

A Companhia e suas controladas têm certos investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é protegida, principalmente, através de empréstimos na mesma moeda desses investimentos. Sensibilidade à taxa de câmbio - Apresentamos no quadro a seguir os impactos de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável da taxa do dólar para cada instrumento financeiro exposto:

Table with 6 columns: Risco, (-) 50 %, (-) 25 %, Cenário provável, (+) 25 %, (+) 50 %. Rows include Taxas, Contas a receber, Empréstimos e financiamentos, etc.

Sensibilidade à taxa de juros - Apresentamos no quadro a seguir os impactos de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável dos indexadores (CDI/LIBOR6):

Table with 6 columns: Risco, (-) 50 %, (-) 25 %, Cenário provável, (+) 25 %, (+) 50 %. Rows include Taxas do indexador, Aplicações financeiras, Empréstimos e financiamentos, etc.

(ii) Operações com derivativos: A Companhia e suas controladas possuem operações no mercado de juros. A exposição a risco decorrente de futuros pagamentos em moeda local dos passivos atrelados ao câmbio é protegida, em grande parte, pela carteira de contas a receber de clientes no mercado externo, oriundas das vendas operacionais destinadas à exportação. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas têm como política operar com instrumentos financeiros derivativos atrelados a moedas estrangeiras, basicamente o dólar americano, os quais têm a finalidade de hedge (proteção contra possíveis oscilações nas taxas de juros e câmbio), seguindo as orientações estipuladas na Política de Gestão de Riscos de Mercado aprovada pelo Conselho de Administração e operacionalizada pelo Comitê de Gestão de Riscos. A Política de Gestão de Riscos de Mercado objetiva basicamente a proteção mínima de 75% do fluxo de caixa de curto prazo, por períodos determinados que variem de 9 a 12 meses, orientando para a realização de operações tradicionais de mercado, como por exemplo, NDF's, opções e mercado futuro de dólar via BM&F entre outras, estipulando limites por tipo de operação e contraparte. De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração da Companhia, uma situação considerada possível de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco: Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

Table with 6 columns: Operação, Risco, (-) 50 %, (-) 25 %, Cenário provável, (+) 25 %, (+) 50 %. Rows include Swap CDI x US\$, Swap US\$ x CDI, Swap LIBOR flut. x fixa, etc.

Para determinação dos valores no quadro de análise de sensibilidade, foi considerada a curva do dólar e de cotações futuras publicadas pela BM&F. Com base nessas taxas, foram aplicados os percentuais de deterioração de acordo com cada cenário, projetados os fluxos até o vencimento das operações e descontados até a data de encerramento do balanço. Esta análise foi considerada apenas para efeito de atendimento da legislação em vigor, uma vez que a Companhia opera com derivativos apenas para a proteção e eliminação dos efeitos de flutuação das moedas e juros contratados, não possuindo caráter especulativo. O resultado aqui apresentado, caso ocorra, será revertido integral e naturalmente via a própria operação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía contratos de derivativos exóticos em aberto, nem possuía em outras operações. (b) Risco de crédito: A política de vendas da Companhia está intimamente associada à Política de Crédito instituída na Companhia e ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas, limites individuais de posição e garantias exigidas são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vendidos ou com perda no valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

Table with 5 columns: 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010. Rows include Contas a receber de clientes, Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo.

Contas a receber: O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia para este fim. Os limites de créditos são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os valores classificados no Grupo 1 referem-se a clientes sem inadimplência no passado. Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com a política estabelecida. (c) Risco de liquidez: A previsão de Fluxo de Caixa é realizada nas entidades operacionais do consolidado e consolidada pelo departamento de Finanças. O gerenciamento de risco de liquidez da Companhia e suas controladas de uma forma consolidada é de responsabilidade de seus executivos, que monitoram as previsões de liquidez das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que elas tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do consolidado (Companhia e suas controladas) e os passivos financeiros derivativos a liquidar pela Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa sem descontos contratuais.

Table with 7 columns: Até 1 mês, De 1 a 3 meses, De 3 meses a 1 ano, De 1 a 5 anos, Mais de 5 anos, Total. Rows include Em 31 de dezembro de 2011, Saldo anterior, Provisão para devedores duvidosos, etc.

Os instrumentos derivativos são administrados com base no valor justo líquido em vez da data de vencimento e, sendo assim, estão demonstrados na coluna "De 3 meses a 1 ano". Os instrumentos derivativos pelo valor líquido compreendem contratos de Swap de taxa de juros, Non Deliverable Forward e Opções de compra de dólar utilizados pela Companhia e suas controladas para administrar o perfil da taxa de juros do consolidado. 4.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantir a demais partes interessadas e para manter uma adequada estrutura de capital. A administração do capital é monitorada, entre outros indicadores, por meio do índice de dívida/capitalização, cuja meta é manter uma razão menor ou igual a 0,65. Em 31 de dezembro de 2011 essa relação apresentou o resultado de 0,38 (0,41 em 31 de dezembro de 2010), demonstrando que a estrutura de capital da Companhia está sendo mantida dentro dos limites estabelecidos. 4.3. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares, e está demonstrado na nota 15. Conforme determina o CPC/40/IFRS 7, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação: Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Este item não é aplicável à Companhia em 31 de dezembro de 2011; Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e, Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável à Companhia em 31 de dezembro de 2011.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010. Rows include Ativo equivalente, Caixa e equivalentes de caixa, Ativos financeiros derivativos, etc.

Não houve transferência de ativos ou passivos entre níveis de hierarquia de valor justo para os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010. Rows include Ativos financeiros, Empréstimos e recebíveis, Passivo circulante, etc.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010. Rows include Recursos em bancos e em caixa, Fundos de investimentos financeiros, Caixa e equivalentes de caixa no balanço, etc.

6. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por fundos de investimento financeiro, cujas carteiras são basicamente compostas por aplicações em títulos públicos federais, operações comprissadas e certificados de depósito bancário, remuneradas a 102,3% (2010 - 103,5%), em média, da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI - e possuem liquidez imediata. A Companhia e suas controladas não possuem aplicações em fundos de investimento exclusivos.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010. Rows include Recursos em bancos e em caixa, Fundos de investimentos financeiros, Caixa e equivalentes de caixa no balanço, etc.

7. Instrumentos financeiros derivativos

Table with 4 columns: Controladora e Consolidado, 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010. Rows include Swaps de taxa de juros, Contratos de câmbio a termo, Contratos de opção de dólar, etc.

O valor justo das operações com derivativos foi calculado pela Companhia e suas controladas e representa o valor de mercado para a reversão das operações na data de encerramento do período. Desta forma, o valor justo apurado é válido somente para as datas das informações consolidadas, sendo passível de alteração subsequente em função de alterações nas variáveis de mercado em datas posteriores, principalmente com relação à variação nas taxas de câmbio. As operações de derivativos financeiros contratadas pelas empresas consolidadas não demandam margens em garantia, apenas sendo realizados ajustes de valores, a crédito ou a débito, nas datas pactuadas. (a) Swap de taxas de juros - CDI x US\$ e LIBOR6 fluente x pré-fixada: Os valores de referência (notional) dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2011 correspondem a R\$ 145.886 (R\$ 69.805 em 31 de dezembro de 2010). Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas (taxas de juros em CDI e LIBOR) decorrentes de empréstimos e financiamentos, a Companhia contratou operações de Swap, negociadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros, e registrados na CETIP, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições: • Bancos Votorantim e BTG Pactual: US\$ 6,7 milhões - posição ativa em CDI + 1,35% ao ano e passiva em US\$ + 5,7% ao ano, com vencimentos semestrais até dezembro de 2012; • Banco Espírito Santo: US\$ 7,5 milhões - posição ativa em LIBOR6 fluente e passiva pré-fixada em 3,6% ao ano, com vencimentos semestrais até junho de 2013; • Banco BTG Pactual: US\$ 5,6 milhões - posição ativa em LIBOR6 fluente e passiva pré-fixada em 3,78% ao ano, com vencimentos trimestrais até junho de 2013; • Banco Santander: US\$ 5,6 milhões - posição ativa em LIBOR6 fluente e passiva pré-fixada em 3,88% ao ano, com vencimentos semestrais até junho de 2013; e, • Banco Itaú: US\$ 52,4 milhões - posição ativa em US\$ + 4,85% ao ano e passiva em CDI + 1,7% ao ano, com vencimentos semestrais até setembro de 2018. (b) Contratos de câmbio a termo ("Forward"): Os valores de referência (notional) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de dezembro de 2011, totalizam R\$ 29.441 (R\$ 23.528 em 31 de dezembro de 2010). Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de dezembro de 2011, a Companhia contratou operações de "compra" de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), em dólares, nos seguintes montantes e condições: • Banco HSBC: US\$ 5,6 milhões - posição comprada dólar, taxa média de realização R\$ 1,6896, com vencimentos até 16 de abril de 2012; • Banco Santander: US\$ 5,1 milhões - posição comprada dólar, taxa média de realização de R\$ 1,7446, com vencimentos até 15 de junho de 2012; • Banco Bradesco: US\$ 4,5 milhões - posição comprada dólar, taxa média de realização de R\$ 1,8552, com vencimentos até 15 de agosto de 2012; e, • Banco Votorantim: US\$ 0,5 milhão - posição comprada dólar, taxa de realização de R\$ 1,9580, com vencimentos para 17 de setembro de 2012. (c) Contratos de opção de dólar (Call-compra): Os valores de referência (notional) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de dezembro de 2011, totalizam R\$ 29.441 (R\$ 16.408 em 31 de dezembro de 2010). Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de dezembro de 2011, a Companhia contratou operações de "opção de compra de moeda" (Call-compra), em dólares, nos seguintes montantes e condições: • Banco BES: US\$ 4,8 milhões - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 1,6850, com vencimento para 16 de janeiro de 2012; • Banco Santander: US\$ 2,7 milhões - opção (Call-compra) à taxa média de R\$ 1,7857, com vencimentos para 15 de maio de 2012 e 15 de agosto de 2012; • Banco HSBC: US\$ 2,1 milhões - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 1,8409, com vencimento para 16 de julho de 2012; • Banco Votorantim: US\$ 2,3 milhões - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 1,9580, com vencimento para 17 de setembro de 2012; e, • Banco Itaú: US\$ 3,9 milhões - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 1,7975, com vencimento para 15 de junho de 2012.

8. Contas a receber de clientes

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010. Rows include Contas a receber de clientes no mercado interno, Contas a receber de clientes no mercado externo, Menos: provisão para devedores duvidosos, etc.

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes são as seguintes:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010. Rows include Saldo anterior, Provisão para devedores duvidosos, Valores não usados, estornados, Saldo final, etc.

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber impaired foram registradas no resultado do período como "Despesas comerciais". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Matérias-primas.....	4.568	4.284	6.120	5.010
Matérias-primas auxiliares	8.088	6.794	9.171	7.308
Produtos em elaboração	1.147	1.128	2.219	1.770
Produtos acabados.....	18.466	14.815	23.090	16.401
Material de almoxarifado	6.256	4.479	9.277	5.955
Mercadorias em trânsito	248	221	274	440
Total	38.773	31.721	50.151	36.884

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo
Controladora				
Impostos/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	12.960	3.584	7.197	19.324
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	3.192		11.559	
Contribuição para Fins da Seguridade Social - COFINS.....	2.736	16.661	1.437	18.519
Programa de Integração Social - PIS.....	493	1.849	343	2.310
Antecipações de IR e CS	100	198		4.326
Imposto de renda retido na fonte - IRRF.....	11.216	4.398	3.904	8.143
	30.697	26.690	24.440	52.622
Controladas				
Impostos/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	31	117	4	117
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	2.142		2.006	
Contribuição para fins da Seguridade Social - COFINS.....	7.014	179		179
Programa de Integração Social - PIS.....	1.573	41		41
Imposto de renda retido na fonte - IRRF.....	681	436	326	436
	11.441	773	2.336	773
	42.138	27.463	26.776	53.395

Os créditos de ICMS de curto prazo são decorrentes das vendas para o mercado externo, sendo possível a sua compensação através de pedido de restituição junto à repartição da receita estadual. Os créditos de longo prazo são recuperáveis através da negociação com empresas interessadas ou através da compensação com a fatura de energia elétrica. De acordo com a legislação fiscal, a Companhia diferiu o pagamento do ICMS sobre os bens adquiridos através de importações, substancialmente maquinário. Dessa forma os créditos sobre estas operações, cujos pagamentos se darão a longo prazo (superior a 12 meses), foram registrados no ativo não circulante e o correspondente imposto a pagar (Nota 16) em conta específica no passivo não circulante. Os créditos de PIS/COFINS referem-se aos tributos pagos no processo de importação da nova máquina, cujo aproveitamento será feito em oito meses via transferência para a conta gráfica. Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia recebeu R\$ 17.777 relativos aos processos de restituição de créditos tributários de IPI, Imposto de Renda e Contribuição Social pagos a maior em exercícios anteriores.

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto sobre a Renda (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09, foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia consignou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) em 30 de junho de 2011. Os saldos acumulados de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são como segue:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo		
Controladora		
Imposto de Renda (IR)		
Prejuízos fiscais acumulados	196.594	175.893
Diferenças temporárias	(37.670)	(23.363)
	158.924	152.530
Alíquota de IR	25%	25%
Crédito de IR diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	39.731	38.133
Crédito de IR diferido sobre ágio na incorporação reversa	69.547	83.457
Total de crédito de imposto de renda	109.278	121.590
Contribuição social		
Bases negativas acumuladas	196.594	175.893
Diferenças temporárias.....	(36.238)	(21.941)
	160.356	153.952
Alíquota de CS	9%	9%
Crédito de CS diferido sobre bases negativas e diferenças temporárias	14.432	18.856
Crédito de CS diferido sobre ágio na incorporação reversa	25.037	30.043
Total de crédito contribuição social	39.469	43.899
Total de imposto de renda e contribuição social diferido ativo.....	148.747	165.489

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Controlada		
Imposto de Renda Providencia USA Inc.		
Prejuízo fiscal acumulado.....	8.900	
Imposto Estadual (alíquota de 32%)	2.848	
Imposto Estadual - Carolina do Norte (alíquota de 7%).....	623	
Ganho cambial em conversão de moeda estrangeira	595	
Total de imposto de renda diferido ativo	4.066	
Consolidado.....	152.813	165.489

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Até dezembro de 2012	16.918	19.252	19.550	19.252
De janeiro de 2013 até dezembro de 2014	25.485	19.957	26.919	19.957
De janeiro de 2014 até dezembro de 2015	25.631	21.233	25.631	21.233
De janeiro de 2015 até dezembro de 2016	26.016	22.545	26.016	22.545
De janeiro de 2016 até dezembro de 2017	26.279	23.434	26.279	23.434
De janeiro de 2017 até 2021	28.418	59.068	28.418	59.068
	148.747	165.489	152.813	165.489

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo, decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, com base em projeções de resultados futuros fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que foram aprovados pelo Conselho de Administração. Em fevereiro de 2007 a Companhia incorporou a Anilian S.A., empresa "veículo" utilizada na aquisição da Companhia Providência Indústria e Comércio, a qual possuía em seus registros ágio decorrente desta aquisição. Visando preservar o fluxo de dividendos dos acionistas controladores e minoritários, de acordo com as instruções CVM nº 319/99 e 349/2001, quando da abertura de capital, em julho de 2007, a Companhia registrou provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido. O ágio e a provisão foram amortizados linearmente à taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008. Em função das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Lei 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009, os valores do ágio gerado na incorporação e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido deixaram de ser amortizados de forma sistemática. Sendo assim, o valor correspondente ao benefício fiscal de IR e CS diferidos sobre sua futura amortização fiscal foi classificado como IR e CS diferido ativo. As diferenças temporárias que dão origem ao IR e CS diferido passivo referem-se, substancialmente, a amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada Isofilme.

12. Investimentos

(a) Investimentos em controladas: Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia detém 96.246.205 do total de 96.246.206 quotas do capital social da Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., empresa que tem como objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles o nátecido ("nonwoven"), resultantes da transformação de polipropileno. Em 8 de agosto de 2008 foi constituída a controlada direta Providencia USA Inc., domiciliada em Statesville, estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América, cujo objeto social é a produção e comercialização de nátecido ("nonwoven"). Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia detém a totalidade das ações do capital social compreendido por 1.000 ações.

Nome	País	Patrimônio líquido na investida	Resultado do período	Participação %	Participação em:	
					31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Isofilme Ltda.	Brasil	120.234	10.892	99,99	120.234	109.342
Providencia USA Inc.....	EUA	(7.202)	(1.614)	100,00		
					120.234	109.342

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das principais controladas diretas:

31 de dezembro de 2011	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Isofilme Ltda.	168.244	(48.009)	78.036	10.892
Providencia USA Inc.....	199.020	(206.222)	50.149	(1.614)
31 de dezembro de 2010	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Isofilme Ltda.	136.655	(27.313)	64.113	10.863
Providencia USA Inc.....	129.075	(133.720)	17	(3.429)

(b) Controlada com passivo a descoberto: Relativamente à controlada que apresenta passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo), foi constituída a respectiva provisão que esta sendo apresentada no passivo não circulante no balanço patrimonial da controladora sob a rubrica "Provisão para passivo a descoberto", e foi computada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Providencia USA Inc.....	(7.202)	(4.646)	(7.202)	(4.646)

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou despesa de equivalência patrimonial no montante de R\$ 1.614 no resultado (provisão para passivo a descoberto de R\$ 3.429 em 2010), e registrou perda decorrente de variação cambial sobre investimento no exterior de R\$ 942 na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido (vide Nota "d" a seguir).

(c) Movimentação dos investimentos:

	Controladora	Consolidado
Investimentos.....	Isofilme	
Saldos em 31 de dezembro de 2010.....	109.342	
Equivalência patrimonial.....	10.892	
Saldos em 31 de dezembro de 2011.....	120.234	

(d) Movimentação do investimento com passivo a descoberto:

	Controladora	Consolidado
Passivo a descoberto	Providencia USA Inc.	
Saldos em 31 de dezembro de 2010.....	4.646	
Ajustes acumulados de conversão	942	
Equivalência patrimonial.....	1.614	
Saldos em 31 de dezembro de 2011.....	7.202	

Os ajustes resultantes do processo de conversão das demonstrações financeiras da Providencia USA Inc., originalmente preparados em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano) e convertidos para o Real, foram registrados como ajuste acumulado de conversão na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido.

13. Intangível

	Controladora		Total	Taxa
	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente			
Em 31 de dezembro de 2010	11.362		11.362	
Período findo em 31 de dezembro de 2011				
Aquisições.....	2.108		2.108	
Amortização.....	(3.253)		(3.253)	20%
Saldo contábil, líquido	10.217		10.217	

	Controladora		Total	Taxa
	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente			
Em 31 de dezembro de 2010	33.133		44.501	
Período findo em 31 de dezembro de 2011				
Aquisições.....	2.108		2.108	
Transferências.....	1.242		1.242	
Variação cambial.....	212		212	
Amortização.....	(3.431)		(3.431)	20%
Saldo contábil, líquido	33.133		44.632	

Em janeiro de 2008, a Controladora direta Providência Participações Ltda. foi incorporada pela sua controlada (incorporação reversa) Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. ("Isofilme"). O ágio que a Providência Participações Ltda. possuía em seus registros, decorrente da aquisição da Isofilme, vinha sendo amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano, com base na expectativa de rentabilidade futura, suportada em relatório de avaliação econômica elaborado por empresa especializada que utilizou taxa de desconto real de 9,6% a.a. A partir de 1º de janeiro de 2009, o referido ágio deixou de ser amortizado contabilmente de forma sistemática ao resultado, estando somente sujeito à análise do valor de recuperação nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Ainda em decorrência da incorporação reversa, o ágio está registrado em conta específica no ativo intangível da Isofilme e não está sujeito à provisão para a integridade do patrimônio líquido prevista na instrução CVM nº 349, isto pelas razões abaixo expostas:

- Não houve interposição de empresa veiculo, sendo incorporada pela controlada a investidora original e os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos;
- Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Tendo em vista a Companhia ter optado pelo Regime Tributário de Transição introduzido pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, o ágio descrito acima continuou a ser amortizado fiscalmente para fins de apuração do provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo que os ajustes de amortização estão sendo controlados em livros auxiliares, tendo os reflexos de imposto de renda e contribuição social diferidos sido refletidos no resultado.

O ágio no montante de R\$ 33.133 está fundamentado em expectativa de melhoria de futuro e é anualmente submetido ao teste de redução ao valor recuperável (Impairment). Em 31 de dezembro de 2011, o teste não revelou a necessidade de ajustes ao valor do ágio. As premissas adotadas para a projeção dos fluxos de caixa futuros foram baseadas na análise da sua performance dos últimos anos, na análise e expectativas de crescimento do seu mercado de atuação, além das expectativas e estratégias da Administração. Os valores projetados foram apresentados em termos reais, isto é, não consideram efeitos inflacionários futuros, e os fluxos de caixa operacionais foram projetados para o período de 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2011 não foram identificados indicadores de Impairment para o referido ágio.

Para o cálculo do valor residual, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa do último ano projetado. A taxa de desconto utilizada para o valor presente dos fluxos de caixa projetados foi de 5,45% a.a., correspondente à taxa do CDI de dezembro de 2011 (10,87%) descontada a inflação anual projetada para 2012 (IPCA) de 5,42% - Fonte: Boletim Focus do Banco Central do Brasil.

14. Imobilizado

(a) Composição:

	Controladora		Consolidado		*Taxa de depreciação (%)
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Depreciação do custo atribuído	Líquido	Líquido
Terrenos.....	12.520			12.520	12.520
Edifícios e construções.....	94.282	(11.651)	(6.480)	76.151	78.357
Máquinas e equipamentos	635.016	(263.329)	(39.491)	332.196	343.028
Instalações industriais	6.834	(3.027)	(133)	3.674	3.292
Ferramentas e pertences	384	(84)		300	4
Hardware	4.090	(2.749)		1.341	1.333
Veículos	103	(92)		11	20
Móveis e utensílios.....	3.086	(2.285)		801	728
Imobilizações em andamento.....	770			770	2.253
Outras imobilizações	106			106	106
	757.191	(283.217)	(46.104)	427.870	441.621

* média ponderada

	Controladora		Consolidado		*Taxa de depreciação (%)
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Depreciação do custo atribuído	Líquido	Líquido
Terrenos.....	15.108			15.108	12.580
Edifícios e construções.....	112.842	(12.241)	(6.480)	94.121	79.628
Máquinas e equipamentos	818.471	(289.308)	(39.848)	489.315	395.252
Instalações industriais	9.379	(4.162)	(241)	4.976	4.773
Ferramentas e pertences	714	(150)		564	40
Hardware	4.501	(2.881)		1.620	1.371
Veículos	268	(107)		161	20
Móveis e utensílios.....	3.836	(2.506)		1.330	977
Imobilizações em andamento.....	73.404			73.404	123.610
Outras imobilizações	106			106	106
	1.038.629	(311.355)	(46.569)	680.705	618.337

* média ponderada

(b) Movimentação do ativo imobilizado:

	Controladora		Consolidado		Valor líquido
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	
	Valor líquido	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências
Terrenos.....	12.520				12.520
Edifícios e construções.....	78.357	872	(3.078)		76.151
Máquinas e equipamentos	343.028	6.944	(19.231)	(27)	1.482
Instalações industriais	3.292	801	(419)		3.674
Ferramentas e pertences	4	316	(20)		300
Hardware	1.333	450	(420)	(22)	1.341
Veículos	13	13	(2)		11
Móveis e utensílios.....	728	228	(154)	(1)	801
Imobilizações em andamento.....	2.253			(1)	



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O montante de R\$ 30.778, referente ao contrato de pré-pagamento de exportação (financiamento de máquina), está garantido por notas promissórias no montante de US\$ 36,5 milhões, acrescido de juros e ajustado pelo efeito de variação cambial, conforme "Credit Agreement" firmado entre as partes.

Em 13 de dezembro de 2010, a Companhia liquidou a operação de NCE (Notas de Crédito à Exportação) contratada junto ao Banco Votorantim, cujo saldo na data era de R\$ 69.425. Sendo assim, o montante de R\$ 25.375 refere-se ao extrato em aberto junto ao Banco Bradesco, cujos vencimentos de principal e juros são semestrais e vão até 2012.

Em 15 de dezembro de 2011, a Companhia liquidou as operações que mantinha com os bancos Votorantim e Itaú referente ao primeiro programa BNDES-Exim, cujo saldo na data era de R\$ 152.587. Em 28 de Novembro de 2011 a Companhia contratou junto ao Banco Votorantim, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") através do programa "BNDES-Exim" na modalidade "BNDES-Exim Pré-Embarque PSI", no montante de R\$ 50.000. Os recursos provenientes da operação estão sendo utilizados pela empresa na produção e exportação de bens incluídos no Grupo II da Carta Circular nº 31/2007 de 30/07/2007 do BNDES. O vencimento da operação será em 15 de maio de 2013. Os juros são calculados na base de 9% ao ano com pagamentos trimestrais até o vencimento final do principal.

Em 26 de setembro de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú uma operação de US\$ 52,4 milhões, com 2 anos de carência e vencimentos semestrais até 26 de setembro de 2018. A taxa de juros contratada é de 4,85% ao ano. De modo a proteger essa operação frente às oscilações do dólar, foi contratada uma operação de Swap no mesmo montante, de ponta ativa em USD + 4,85% ao ano e ponta passiva de CDI + 1,70% ao ano.

O montante de R\$ 13.995 refere-se ao contrato de financiamento entre a Isofilme e o banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (ktw), firmado em 27 de julho de 2005, destinado à compra de máquina para a produção de tecido não-tecido ("nonwoven"), com taxa de juros equivalente à variação LIBOR + 0,85% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais até 2016.

O montante de R\$ 17.900 refere-se às parcelas liberadas, do total de EUR 28,7 milhões, contratados pela Isofilme junto ao Banco HSBC, garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos serão destinados ao financiamento da máquina a ser instalada em Minas Gerais e estão sendo liberados de acordo com os embarques da máquina e seus componentes. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,25% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais.

O montante de R\$ 19.034 refere-se ao contrato de financiamento entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, firmado em 19 de setembro de 2008, destinado à aquisição das máquinas nos Estados Unidos.

Em 15 de setembro de 2010, foi contratada junto ao Banco Bradesco, uma operação de US\$ 5 milhões para financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos, com taxa de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,15% ao ano. Essa operação foi liquidada em 15 de setembro de 2011.

Em 16 de novembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010, foram contratadas junto ao Banco HSBC, operações no total de US\$ 10,1 milhões para financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento dessas operações ocorrerá em 24 de abril de 2015 e 25 de novembro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,47% ao ano, em média.

Em 4 de março de 2011 e em 07 de julho de 2011, foram contratadas junto ao Banco Itaú, operações no total de US\$ 9 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento dessas operações é para 04 de março de 2016 e 10 de junho de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,08% ao ano, em média.

Em 13 de abril de 2011, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 03 de abril de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,5% ao ano.

Em 12 de maio de 2010, houve a captação de US\$ 9,1 milhões para financiamento das edificações da planta nos Estados Unidos. A operação, denominada Recovery Zone Facility Bonds, consiste na emissão de títulos públicos americanos do condado e Iredell, administrada por um agente (Wells Fargo Bank), e garantida pelo Banco HSBC, cuja remuneração é calculada semanalmente e paga mensalmente de acordo com a taxa SIFMA (Securities Industry and Financial Markets Association).

O montante de R\$ 90.389 refere-se às parcelas liberadas, do total de EUR 34,6 milhões, contratados em 12 de fevereiro de 2010 entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos foram destinados ao financiamento da máquina instalada nos Estados Unidos. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,5% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais.

O montante de R\$ 13.179 refere-se à parcela liberada, do total de EUR 28,3 milhões, contratados em 08 de agosto de 2011 entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos serão destinados ao financiamento da máquina a ser instalada nos Estados Unidos e estão sendo liberados de acordo com os embarques da máquina e seus componentes. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,20% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais.

Todas as captações destinadas ao financiamento da planta nos Estados Unidos são garantidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, os avais garantem os R\$ 184.709 de endividamento da Providencia USA Inc. Além disso, a Companhia possui junto ao Banco HSBC uma carta fiança internacional, visando garantir os US\$ 9,1 milhões relativos à captação do Recovery Zone Facility Bond.

As captações destinadas ao financiamento exclusivo das máquinas possuem penhor mercantil das próprias máquinas pelos saldos remanescentes do financiamento. Em 31 de dezembro de 2011, este montante representa R\$ 135.353, dos quais R\$ 103.568 referem-se à máquina da planta nos Estados Unidos e R\$ 31.785 referem-se à máquina da Isofilme, acrescido de carta fiança bancária no valor de R\$ 17.800. Os empréstimos nacionais não possuem garantias.

Abreviaturas: CDI - Certificado de Depósito Interbancário LIBOR - London Interbank Offered Rate (Taxa Interbancária de Londres) NCE - Notas de Crédito à Exportação SIFMA - Securities Industry and Financial Markets Association (Associação dos Mercados Financeiros e Valores Mobiliários)

Em 30 de novembro de 2007, foram emitidas 15.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 com pagamento de juros semestrais até 2012 e principal com 2 anos de carência com vencimentos anuais igualmente até 2012. Sobre o valor nominal unitário incidiram juros remuneratórios à variação acumulada da taxa média de juros dos Certificados de Depósito Interbancários (CDI) de um dia, capitalizada de uma sobretaxa de 1,35% ao ano, base 252 dias.

Em 29 de setembro de 2011, foi aprovada a liquidação antecipada da totalidade das debêntures em circulação. O pagamento foi feito em 31 de outubro de 2011, acrescido de prêmio de R\$ 422.

Linhas de crédito:

Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas obtiveram duas linhas de crédito pré-aprovadas junto ao Banco HSBC no montante total de US\$ 82,4 milhões visando o financiamento das duas novas máquinas que estão sendo adquiridas. Esses recursos serão disponibilizados de acordo com o andamento dos projetos de construção dessas máquinas. Para a máquina a ser instalada no Brasil, a taxa de juros a ser contratada será de LIBOR + 1,20% ao ano. Já para a máquina a ser instalada nos Estados Unidos, a taxa de juros a ser contratada será de LIBOR + 1,20% ao ano. Os contratos serão garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG.

Ainda com o objetivo de financiar as obras e instalações e o capital de giro das novas plantas, a Companhia e suas controladas abriram linhas de crédito no montante de US\$ 40,9 milhões junto a diversas instituições financeiras, cujas taxas variam de LIBOR + 3,00% até LIBOR + 4,94% ao ano. Esses recursos serão disponibilizados na medida em que for identificada a necessidade de suprimento do caixa das plantas que estão recebendo os investimentos.

Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos e debêntures em comparação com os seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

Table with 4 columns: Valor contábil, Valor justo, 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010. Rows include Empréstimos e financiamentos, Debêntures, and Consolidado.

Os empréstimos contratados pela Companhia e suas controladas não possuem cláusulas restritivas (debt covenants).

16. Impostos, taxas e contribuições a recolher

Table with 5 columns: 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010, Passivo circulante, Passivo não circulante. Rows include Controladora, Controladas, and Consolidado.

17. Provisões

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais de natureza cível, fiscal, previdenciária e trabalhista.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos montantes efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos com risco de perda provável.

A controlada Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. é parte em diversos processos de natureza cível, fiscal, previdenciária e trabalhista. O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2011:

Table with 5 columns: 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010, Provisão, Depósitos, Consolidado. Rows include Trabalhista, Cível, Total, Circulante, Não circulante, and Consolidado.

(a) Processos de Natureza Trabalhista:

De uma maneira geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.

(b) Processos de Natureza Cível:

De uma maneira geral, os processos de natureza cível envolvem questões usuais e inerentes à nossa atividade empresarial e referem-se, sobretudo, a ações indenizatórias, cobranças de créditos, questões relativas à declaração de inexigibilidade de título executivo e sustação de protesto.

(c) Processos de Natureza Fiscal:

A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2011, não figuram como parte em processos judiciais e administrativos que versam sobre matérias fiscais.

A movimentação das provisões no período findo em 31 de dezembro de 2011 está demonstrada a seguir:

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010, Provisão, Depósitos. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2010, Adições, Baixas, Saldo em 31 de dezembro de 2011.

Contingências possíveis não provisionadas:

A Companhia possui ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, de acordo com a avaliação jurídica, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010, Provisão, Depósitos. Rows include Trabalhistas, Cíveis, Total.

Em 31 de dezembro de 2011, os montantes relativos a processos de responsabilidade dos antigos controladores somam R\$ 2.622 na Controladora e no Consolidado (R\$ 696 em 31 de dezembro de 2010).

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

O montante registrado a título de Impostos diferidos passivos são reconhecidos para fazer frente à realização das diferenças temporárias, e sua composição é feita da seguinte forma:

Table with 4 columns: 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010, Passivo, Imposto de Renda (IR), Contribuição social, Alíquota de IR, Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo.

19. Patrimônio líquido

(a) Apólices social: Em 31 de dezembro de 2011, o capital social está representado por 80.041.132 apólices ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas conforme quadro a seguir:

Table with 3 columns: Apólices, Valor nominal, Valor em reais. Rows include Acionistas Controladores e ligados aos Controladores, FIP ASAS, FIP GG (Gov. e Gestão Investimentos Ltda.), FIP Bssf II, FIP Brasil Equity II, Banco Espírito Santo S.A., Boreal Fundo de Investimentos em Participações*, Libra Holding S/A*, Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco S.A., Fundo de Investimentos em Partic. C.A., Fip Gppar (Gov. e Gestão Investimentos Ltda.), Boreal DTVM S/A*, Boreal Ações III Fia*.

* Acionistas ligados ao Boreal Fundo de Investimentos em Participações.

** Através de leilão realizado na BM&FBovespa na data de 01 de dezembro de 2011, o acionista Décio Vinício Gomes transferiu 4.200.000 (quatro milhões e duzentas mil) ações ordinárias nominativas de sua propriedade para o DVG1 Fundo de Investimento em Ações, representativas de 2,52% do capital social total da Companhia.

Conforme o Estatuto Social da Companhia, a mesma está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 4.050.000 (quatro milhões e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária.

(b) Opções de compra de ações:

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com as Diretrizes para a Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações aprovadas em Assembleia Geral de 11 de maio de 2007 e 30 de maio de 2011, a Companhia pode outorgar planos de opção de compra ou subscrição de novas ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de executivos e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas.

As diretrizes para conceder planos de opção de compra de ações são administradas pelo Conselho de Administração, que pode outorgar planos de opção de compra de ações às pessoas indicadas acima. Os planos de opção de compra de ações a serem oferecidos nos termos dessas Diretrizes representarão, a qualquer momento, até 3% do total de ações de emissão da Companhia. Os termos e condições, inclusive o preço por ação, dos planos de opção de compra das ações, são definidos pelo Conselho de Administração no momento da outorga ou concessão. Os acionistas, nos termos do que dispõe da art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no período da opção de compra de ações.

Em 5 de julho de 2007, o Conselho de Administração aprovou um plano de opção de compra de ações, por meio do qual foram concedidas opções de compra de R\$ 827.244 ações de emissão da Companhia, correspondentes a aproximadamente 0,9% do capital social, ao preço de R\$ 8,40 por ação. O plano apresentou carência de um ano para o período das opções. Após esse período, cada beneficiário pode exercer sua opção de aquisição de lotes de até 1/3 (um terço) das ações objeto dos planos em cada uma das seguintes datas: 26 de julho de 2008, 26 de julho de 2009, 26 de julho de 2010.

Em 11 de agosto de 2009, o Conselho de Administração aprovou a prorrogação por mais 1 ano, ou seja, até 26 de julho de 2011, para que os beneficiários do Plano pudessem exercer a sua opção de compra de ações objeto deste Plano. Desta forma, o prazo para cada beneficiário exercer sua opção de aquisição das ações objeto dos planos venceu em 26 de julho de 2011. Mesmo com a prorrogação do prazo o efeito do valor justo na data da outorga é irrelevante.

As premissas utilizadas para o cálculo, na data da outorga, foram as seguintes:

Table with 2 columns: Descrição, Valor. Rows include Taxa de juros livre de risco, Prazo total em anos, Volatilidade anual esperada, Valor justo da opção na data da outorga, Valor justo do programa de 2007 foi estimado com base no modelo de precificação Garman-Kohlhagen, Devido a dividendos e o preço de período não ser corrigido, Renda (dividendos) não ser uma empresa de capital aberto na data da outorga, sem histórico de volatilidade da ação, foi utilizada a volatilidade histórica de empresa do mesmo segmento.

O referido plano prescreveu em 26 de julho de 2011, sendo que as opções não foram exercidas por nenhum dos beneficiários. Assim, a reserva constituída no patrimônio líquido no montante de R\$ 1.324 mil foi revertida contra lucros acumulados.

Em 30 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou novo plano de opção de compra de ações, por meio do qual foram concedidas opções de compra de 829.000 ações de emissão da Companhia, correspondentes a aproximadamente 1,01% do capital social, ao preço de R\$ 6,10 por ação. O plano tem três períodos de carência para o exercício das opções: o primeiro de 12 meses, o participante passa a ter o direito de adquirir 20% das ações objeto da opção; após o decurso de 24 meses, o participante passa a ter direito de adquirir 30% das ações objeto da opção; e, após o decurso de 36 meses o participante passa a ter direito de adquirir os outros 50% das ações objeto da opção. O prazo total de prescrição do plano é de 7 (sete) anos.

O reconhecimento nas demonstrações financeiras começou a ser feito a partir do mês de julho de 2011, visto que os contratos individuais entre a Companhia e os beneficiários foram assinados em 30 de junho de 2011.

A condição para exercer o direito é a permanência na Companhia. Até 31 de dezembro de 2011 não houve movimentação na quantidade de opções de ações inicialmente outorgadas.

O valor justo calculado para o programa de 2011 totalizou R\$ 1.510, e foi estimado com base no modelo binomial de valorização de opções.

As premissas utilizadas para o cálculo, na data da outorga, foram as seguintes:

Table with 2 columns: Descrição, Valor. Rows include Taxa de juros livre de risco, Prazo total em anos, Volatilidade anual esperada, Valor justo da opção na data da outorga, Caso as opções de compra de ações sejam integralmente exercidas pelos seus titulares, os atuais acionistas da Companhia sofrerão uma diluição de participação de 1,03%. Tal diluição foi calculada com base na razão entre (i) o número total de ações objeto do plano de opção de compra de ações vigente, e (ii) o número total de ações de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2011, acrescido do número total de ações objeto dos planos de opção de compra de ações, ou seja: "Diluição em 31/12/2011" = 829.000 / (80.041.132 + 829.000) x 100 = 1,03%

Table with 4 columns: Descrição, 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010, Quantidade inicial. Rows include Opções outorgadas, Opções não exercidas, Quantidade final, Preços de exercício - plano aprovado em 05/07/2007, Preços de exercício - plano aprovado em 30/05/2011, Data de vencimento - plano aprovado em 05/07/2007, Data de vencimento - plano aprovado em 30/05/2011.

(c) Reservas de capital:

O saldo de reserva de capital é substancialmente composto pela reserva de ágio na emissão de ações. Conforme descrito na Nota 19 (b), a Companhia reconheceu reserva especial para fazer frente aos compromissos do novo plano de opções de compra de ações, cujo saldo totaliza R\$ 361 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1.324 em 31 de dezembro 2010).

(d) Ações em tesouraria:

Table with 3 columns: Descrição, Valor, Quantidade. Rows include Movimentação ações em tesouraria, Recomprou ações referentes ao 1º programa, Cancelamento de ações, Programa Stock Options, Recomprou ações referentes ao 2º programa, Saldo em 31 de dezembro de 2008, Recomprou ações referentes ao 2º programa, Saldo em 31 de dezembro de 2010, Cancelamento de ações, Recomprou ações referentes ao 3º programa, Saldo em 31 de dezembro de 2011.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 18 de dezembro de 2007 o primeiro Programa de Recomprou de Ações de emissão da Companhia para posterior manutenção em tesouraria ou cancelamento, sem redução do capital social no máximo de 3.124.000 ações ordinárias, que correspondiam a 10% das ações ordinárias em circulação. A operação, que teve início em janeiro de 2008, foi realizada por meio da corretora UBS Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários. Ao longo do Programa, a Companhia recomprou as 3.124.000 ações pelo montante de R\$ 23.258.

Em 30 de outubro de 2008, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o cancelamento de 3.089.245 ações em tesouraria. Em 12 de novembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o segundo Programa de Recomprou de Ações de emissão da Companhia com as mesmas características do primeiro Programa, sendo no máximo de 2.442.000 ações ordinárias, que correspondiam a 10% das ações em circulação. A operação foi realizada por meio das corretoras BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento e/ou Merrill Lynch S.A. CTVM. Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia recomprou 2.442.000 ações pelo montante de R\$ 6.701.

Em reunião realizada em 6 de setembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia Providência aprovou o cancelamento das 2.442.000 (dois milhões e quatrocentos e quarenta e duas mil) ações detidas em Tesouraria, e consequente alteração na divisão do Capital Social da Companhia, que passa a ser representado por 80.041.132 (oitenta milhões, quarenta e uma mil, cento e trinta e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 26 de setembro de 2011, a Companhia iniciou seu 3º Programa de Recomprou de Ações de própria emissão. A Administração da Companhia entende que o Programa, que visa recomprar até 2.260.000 ações em até 365 dias para manutenção em tesouraria ou cancelamento, atende o interesse da Providência tendo em vista o valor de cotação de suas ações na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e os recursos disponíveis. O Programa compreenderá 10% do total de 22.624.648 ações ordinárias em circulação e será realizado por meio da Itaú Corretora de Valores S.A. Até 31 de dezembro de 2011 a Companhia recomprou 149.100 ações, pelo montante de R\$ 813 mil.

(e) Reservas de lucros:

A reserva legal é constituída com 5% do lucro líquido do exercício, obrigatórios de qualquer destinação até o limite de 20% do capital. Após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, por proposta do Conselho de Administração a ser aprovada em Assembleia Geral Ordinária, foram destinados os saldos remanescentes dos lucros acumulados em 31 de dezembro de 2011 para a Reserva de Lucros.

(f) Dividendos:

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, dividendo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente os ajustes das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal.



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os dividendos foram calculados conforme segue:

Table showing dividend calculations for 2011 and 2010, including base calculation and adjustments.

Dividendos antecipados pagos (R\$ 0,18 por ação em 2011 e R\$ 0,14 em 2010). Após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios...

(g) Lucro por ação básico e diluído: Os resultados por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no exercício de 2010...

Table showing basic and diluted earnings per share for 2011 and 2010.

(h) Ajustes de avaliação patrimonial: Os saldos e ajustes do período referem-se a: Custos atribuído aos bens do ativo imobilizado...

20. Receita: A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Table showing revenue reconciliation from gross sales to net revenue for 2011 and 2010.

Table 21: Despesas por natureza e custos dos produtos vendidos. Detailed breakdown of expenses and costs for 2011 and 2010.

Table 22: Despesas e receitas financeiras. Summary of financial expenses and income for 2011 and 2010.

As variações nas despesas financeiras observadas no período findo em 31 de dezembro de 2011, comparativamente ao mesmo período de 2010, referem-se, principalmente, ao efeito líquido da variação cambial sobre os passivos expostos em moeda estrangeira...

Table 23: Despesa de imposto de renda e contribuição social. Summary of tax and social contribution expenses for 2011 and 2010.

Table 24: Conciliação da alíquota efetiva dos tributos. Summary of effective tax rate reconciliation for 2011 and 2010.

* Composto, substancialmente, pela realização de IR e CS diferidos.

Table with Director names and titles: Hermínio Vicente Smania de Freitas, Eduardo Feldmann Costa, Daniel Svirski, Romeo Bregant, Luciano Zanlorenzi, Ademir Gomes de Campos.

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Providência Indústria e Comércio, após procederem ao exame do estudo técnico de viabilidade da recuperação do ativo fiscal diferido...

São José dos Pinhais, 24 de fevereiro de 2012

Table with names of audit committee members: Clovis Edecio Müller, João Verner Jueneemann, Eduardo Santos de Andrade.

Recomendação do Comitê de Auditoria

Recomendação ao Conselho de administração: O Comitê de Auditoria da Companhia Providência Indústria e Comércio, reunido em 24 de fevereiro de 2011, aprovou a seguinte declaração para o Conselho de Administração...

Table with names of audit committee members: Elemér André Surányi, Maurício Gomes, Eduardo Pfiszter.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Providência Indústria e Comércio ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011...

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Providência Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2011...

Table (b) Demonstrativo da movimentação do IR e CS, líquido em 2011: Summary of tax and social contribution movements for 2011.

Table showing consolidated tax and social contribution movements for 2011 and 2010.

24. Plano de previdência: Em dezembro de 2009, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida...

Table showing insurance premiums for 2011 and 2010, categorized by type of insurance.

As coberturas de seguros são: Seguro patrimonial (unidades fabris) - garante indenização por danos elétricos, incêndio, lucros cessantes, quebra de máquina, roubo/furto qualificado de bens e vendaval, furacão, ciclone, tornado, impacto de veículo terrestre e queda de aeronave...

Table showing financial assets and liabilities for 2011 and 2010, including bank balances and derivatives.

(a) Em 14 de setembro de 2011, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 5.000 (R\$ 9.486) com a Providencia USA Inc., com vencimento para 13 de setembro de 2012. A taxa de correção é de LIBOR + 3% a.a. Não foram realizadas transações de compra e venda entre a Companhia e suas partes relacionadas.

Table showing remuneration of administrators for 2011 and 2010.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Providência Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2011...

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Providência Indústria e Comércio e suas controladas em 31 de dezembro de 2011...

Table showing remuneration of auditors for 2011 and 2010.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Providência Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2011...